

**AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 990.037 - PR
(2016/0246998-3)**

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
AGRAVANTE : ERALDO DE OLIVEIRA CARVALHO
ADVOGADOS : CAIO MARCELO CORDEIRO ANTONIETTO -
PR036917
RAFAEL GUEDES DE CASTRO - PR042484
DOUGLAS RODRIGUES DA SILVA - PR075216
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO CULPOSO. OMISSÃO IMPRÓPRIA. PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. NÃO VIOLAÇÃO. TRANCAMENTO DO PROCESSO. HABEAS CORPUS. EXCEPCIONALIDADE. INDEPENDÊNCIA DAS INSTÂNCIAS ADMINISTRATIVA E JUDICIAL. AGRADO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Não se caracteriza a alegada ofensa ao princípio da colegialidade diante da existência de previsão legal e regimental para que o relator julgue, monocraticamente, o agravo em recurso especial quando constatadas as situações descritas no art. 932, VIII, do Código de Processo Civil, c/c o art. 253, parágrafo único, II, "c", parte final, do Regimento Interno do STJ, circunstância ocorrida nos autos.

2. O trancamento do processo em habeas corpus, por ser medida excepcional, somente é cabível quando ficarem demonstradas, de maneira inequívoca e a um primeiro olhar, a atipicidade da conduta, a absoluta falta de provas da materialidade do crime e de indícios de autoria ou a existência de causa extintiva da punibilidade.

3. As conclusões das esferas administrativas acerca da responsabilização do agente na produção de determinado resultado não vinculam a apreciação dos fatos pelo Poder Judiciário – haja vista a independência entre tais searas – e, portanto, não constituem motivação idônea para trancar o processo penal.

4. Não é cabível a avaliação precoce acerca da responsabilidade criminal do acusado, feita pelo Tribunal de origem, no julgamento de habeas corpus, porquanto suprime a competência do Juízo natural da causa em instruir o feito e apurar eventual autoria do

delito.

5. Não viola a Súmula n. 7 do STJ o *decisum* que se utiliza das premissas fático-probatórias consignadas no acórdão recorrido com o intuito de analisar os argumentos jurídicos expendidos pela Corte estadual.

6. Na hipótese, o Juízo de segunda instância trancou o processo que imputava a engenheiro a responsabilidade pela morte de operário na obra em que aquele supervisionava. O Tribunal *a quo* concedeu a ordem de habeas corpus sob os argumentos de que o denunciado fora absolvido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e de que não era responsável por evitar o resultado. Assim, o órgão colegiado não observou a independência entre as instâncias administrativa e judicial, bem como fez indevida incursão valorativa, com cognição vertical acerca da imputação de autoria.

7. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz e Sebastião Reis Júnior votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 03 de outubro de 2019

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**